

O Guineense: sócio-história e situação linguística

Guineense: socio-history and linguistic situation

Natali da Anunciação Santos¹

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Ana Livia Agostinho²

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar as características sócio-históricas e linguísticas do guineense, língua crioula falada na Guiné-Bissau. Diante desse objetivo, o trabalho discute a contextualização histórica, destacando os períodos pré-colonial e colonial. Sabe-se que o guineense surgiu a partir do contato linguístico entre o português e as línguas étnicas presentes durante a colonização portuguesa. Além disso, são exploradas as hipóteses de surgimento do guineense, devido à semelhança linguística com o kabuverdianu. Ademais, é descrita a diversidade linguística da Guiné-Bissau e as posições atribuídas às línguas faladas nesse país. Na literatura, essas descrições geralmente consistem em trabalhos amplos e recortes de textos mais antigos. Portanto, esta pesquisa visa compilar essas informações em um único trabalho, contribuindo com os estudos do guineense.

Palavras-Chave: Guineense. Guiné-Bissau. Sócio-história. Línguas crioulas. Hipóteses de surgimento.

Abstract: This article aims to present the socio-historical and linguistic characteristics of Guineense, a creole language spoken in Guinea-Bissau. To achieve this objective, this paper discusses the historical context, highlighting the pre-colonial and colonial periods. It is known that Guineense emerged from the linguistic contact between Portuguese and the ethnic languages present during the Portuguese colonization. Additionally, the hypotheses regarding the emergence of Guineense are explored due to its linguistic similarity with Kabuverdianu. Furthermore, we describe the linguistic diversity of Guinea-Bissau and the roles assigned to the languages spoken in this country. In the literature, these descriptions generally consist of extensive works and excerpts from older texts. Therefore, this research aims to compile this information into a single work, contributing to the studies of Guineense.

Keywords: Guineense. Guinea-Bissau. Socio-history. Creole languages. Origin hypothesis.

¹ Mestra e Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: natalisantos167@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4514-8490>. A autora agradece ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério da Educação (MEC) de 2021 a 2023.

² Doutora em Filologia e Língua Portuguesa (USP). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC (PPGLin). E-mail: a.agostinho@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2395-4961>.

1 INTRODUÇÃO

O guineense (ISO 639-3: pov), língua crioula falada na Guiné-Bissau, remete ao processo de colonização portuguesa em um ambiente marcado pela diversidade cultural e linguística. Qualquer descrição sobre esta língua encontra-se, portanto, entrelaçada ao contexto sócio-histórico e à diversidade linguística que caracteriza o país. A partir disso, este trabalho³ tem como objetivo apresentar um panorama geral dos aspectos sócio-históricos e linguísticos da Guiné-Bissau, país localizado na Costa Ocidental Africana. Para isso, realizou-se uma contextualização histórica, destacando os períodos pré-colonial e colonial, as hipóteses sobre o surgimento do guineense e a descrição linguística do país.

Dentro da literatura, os estudos que realizam uma descrição sócio-histórica são geralmente trabalhos mais amplos, muitas vezes resultado de análises extensas e recortes de textos mais antigos. A presente abordagem, nesse sentido, foi reunir essas descrições em um único trabalho para contribuir na ampliação dos estudos voltados ao guineense. Além disso, a quantidade de pesquisas que se dedicam a estudar o guineense é mínima, principalmente descrições históricas e linguísticas. Diante disso, este trabalho justifica-se por reunir em um único material a descrição sobre a Guiné-Bissau e o guineense. Acredita-se que esta pesquisa servirá de base para a construção de trabalhos sobre o guineense e outras línguas crioulas.

O artigo está organizado em quatro seções. Na seção 2, é apresentada a descrição geográfica e demográfica da Guiné-Bissau. Em seguida, na seção 3, são descritos os aspectos sócio-históricos da Guiné-Bissau, com destaque para os períodos pré-colonial e colonial. A seção 4, por sua vez, discute as hipóteses de surgimento do guineense. Por fim, a seção 5 demonstra a situação linguística da Guiné-Bissau.

2 DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E DEMOGRÁFICA

A república da Guiné-Bissau está localizada na Costa Ocidental Africana. Ao norte, a fronteira é delimitada pela República do Senegal, ao leste e sudeste pela Guiné-Conakry e ao oeste é banhada pelo Oceano Atlântico. O país abrange 36.125 km² em sua superfície total e conta com apenas 24.800 km² de extensão habitável, devido às periódicas chuvas que atingem partes do seu território. Além do território continental, o país conta ainda com o espaço insular, conhecido como Arquipélago dos Bijagós, que compreende cerca de 40 ilhas (Chapouto, 2014). De acordo com Semedo (2011), o arquipélago é separado do continente pelos canais do rio Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque.

Para ilustrar as regiões e a extensão territorial guineense, a seguir é apresentado o mapa geográfico da Guiné-Bissau, conforme Figura 1. A localização da Guiné-Bissau, no continente africano, está situada no mapa menor com o localizador na cor vermelha.

Administrativamente, o território guineense está dividido em oito regiões: Bafatá, Gabu, Cacheu, Oio, Biombo, Quinara, Tombali e Bolama, além do Setor Autônomo de Bissau. Em termos demográficos, de acordo com a estimativa realizada pelo 3º Recenseamento Geral de População e Habitação (III RGPH/2009), o país apresenta cerca

³ Este artigo é baseado na dissertação intitulada “Nasalidade vocálica no guineense: uma análise acústica, perceptual e fonológica” (Santos, 2023), defendida na UFSC.

de 1.442.227 habitantes (Guiné-Bissau, 2009). Dados de 2012, apresentados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), estimam cerca de 1,6 milhões de habitantes (UNESCO, 2014).

Figura 1 - Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: MapMaker Launch Guide (<https://mapmaker.nationalgeographic.org/>).

A Guiné-Bissau, apesar da pequena dimensão territorial, é povoada por diversos grupos linguísticos, os quais atribuem ao país um caráter multilíngue. Além das línguas faladas pelos grupos étnicos, tem-se ainda o português e o guineense⁴, que possuem o estatuto de língua oficial e língua nacional do país, respectivamente. Ademais, essas línguas estão, sobretudo, relacionadas ao processo de expansão do colonialismo. A seção a seguir tenciona uma breve contextualização histórica do processo de colonização da Guiné-Bissau.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A história da Guiné-Bissau é quase sempre referida na literatura a partir da chegada dos portugueses. No entanto, conforme Augel (2007), antes das embarcações portuguesas ancorarem na Costa Ocidental Africana, o território que corresponde à Guiné-Bissau fazia parte do Império de Kaabu, cuja capital era Kansala. A formação histórica de Kaabu está ligada, essencialmente, a quatro momentos importantes e relacionados: “(i) período pré-mandinga; (ii) período de dominação malinquê⁵; (iii) autonomia de Kaabu; (iv) declínio do Império de Kaabu” (Lopes, 2005, p. 14-15).

⁴ A língua é nomeada “krioul” pela maioria de seus falantes. No entanto, diante da falta de normatização escrita, é possível encontrar diferentes formas de registro na grafia: “crioulo, criol, kriol, kiriol” (Augel, 2007, p. 86), além de “kriyol” em alguns textos científicos. Aqui, será utilizado o termo “guineense” para referir-se a essa língua falada na Guiné-Bissau.

⁵ Está relacionado ao povo mandinga.

O período pré-mandinga é descrito até o século XIII e caracteriza a composição social e econômica dos grupos étnicos antes da dominação malinquê. De acordo com Cardoso (2004), a organização econômica e política própria dos grupos autóctones assegurava uma autonomia material, onde cada grupo possuía seu território. Dentro desses grupos, prevaleciam as tradições bainuk, balanta, byafada e brame, desenvolvendo técnicas agrícolas como a rizicultura de água salgada e a prática de animismo⁶ sem influências islâmicas (Lopes, 2005).

Dentro dessa perspectiva, Cardoso (2014) descreve a organização política dos grupos étnicos a partir de dois traços: o primeiro está relacionado à falta de organização política, e o segundo marca a pouca convergência do poder político. Contudo, havia outros grupos étnicos que apresentavam características diferentes, como a organização social, econômica, política e, principalmente, de dominação. Diante das relações de poder e da ocupação de territórios, o século XIII marca o surgimento do Império Mali e o período de dominação malinquê.

De acordo com Lopes (2005, p. 12), o conhecimento sobre o Império Mali é importante para compreender aspectos políticos e hierárquicos do Império Kaabu, visto que toda estrutura “mansaya” (poder político) foi herdada à Kaabu. A partir do século XIII, surge o Império Mali ou mandingas, fundado por Sundiata Keita. Este império estendia-se sobre a área interior africana e pertencia ao domínio do povo mandinga, muçulmanos vindos do Alto Níger, zona originária dos mandingas (Garcia, 2003).

Os povos mandingas expandiram o território através de invasões, subjugando e coagindo outros grupos étnicos à sua supremacia. A respeito, Lopes (1989, p. 6) aponta que os malinkés utilizaram diferentes formas de imposição por meio do processo chamado “malinkização” ou “mandinguização”. Esse processo é caracterizado pela imposição dos costumes mandingas a outras etnias, visando expandir seu domínio territorial. De acordo com o autor, destaca-se na conquista dos territórios o guerreiro Tiramakan Traore, principalmente na fundação do estado Kaabunké, localizado nas planícies da Alta Costa da Guiné.

Com objetivo de dominar uma vasta região, associado à necessidade de conquistar riquezas e estabelecer trocas, o Império Mali inicia a criação do Kaabu. Segundo Lopes (1989), havia duas razões para explicar a união entre Kaabu e Mali: a primeira se justificava pela atração do mar e a segunda pelo comércio do ouro de Bambuk e do sal. Ainda, de acordo com o referido autor, a conquista da região oeste era importante para adquirir as riquezas em ouro de Bambuk e o sal, cuja rota passava pelos rios do Sul.

De acordo com Augel (2007), os séculos XIII e XIV marcam o crescimento hegemônico do Império Mali na conquista de territórios. No entanto, após dominar uma vasta região, principalmente Niani, no sul do território correspondente a Guiné-Bissau, o império Mali entra em declínio durante o século XV e desaparece no século XVII (Garcia, 2003). O território que pertencia ao Império Mali torna-se então o reino de Kaabu até o século XIX. De acordo com Lopes (1989, p. 6), com a decadência do Mali, Kaabu teria representado uma “tábua de salvação”, o que posteriormente possibilitou a sua autonomia.

⁶ De acordo com Candé Monteiro (2013), animistas é um termo depreciativo utilizado pelos portugueses para designar os adeptos das culturas tradicionais.

O Kaabu, antes um estado subordinado do Império Mali, tornou-se um reino com atividades sociais, econômicas, políticas e responsabilidades militares autônomas. O reino de Kaabu é descrito por Lopes (2005) como um espaço hegemônico, principalmente no controle político, cultural, comercial, linguístico e religioso. De acordo com Lopes (1989), o sistema político específico do reino do Kaabu permitiu seu desenvolvimento; caso contrário, não teria resistido às necessidades do tempo. Este sistema político era regido por regras de sucessão matrilinear e governado por uma classe nobre de nyatios, com a rotação de poder entre os clãs Sané e Mané.

O Kaabu dos nyatios representava um estado e um centro político centralizado na estrutura de sucessão e responsável por diferentes províncias independentes. Essas cidades eram governadas pelo Kaabu-Mansa-Ba, e os habitantes eram considerados súditos desse poder central, principalmente por oferecer proteção, ao mesmo tempo em que controlavam o mercado de escravizados (Lopes, 2005). Ainda, de acordo com o autor, o desenvolvimento de Kaabu está associado aos circuitos transaarianos, ao comércio de cabotagem e à comercialização de produtos locais. No entanto, a principal mercadoria que conferiu poder a Kaabu foi a escravidão, funcionando como o mais importante intermediário dos europeus e posteriormente dos “afro-portugueses” (Lopes, 2005, p. 14).

Assim como o sequestro de escravizados conferiu poder ao reino Kaabu, também foi responsável pela diminuição do comércio e pelo declínio do império, juntamente com a revolta dos fulas. Segundo Mané (1989), houve duas razões para desestabilização sócio-política e econômica do Kaabu: a primeira foi o comércio europeu atlântico, envolvendo o tráfico de escravizados, e a segunda foi o crescimento do Islão. De acordo com Candé Monteiro (2013, p. 93),

Kaabu não sobreviveu às pressões externas originárias das potências colonizadoras (franceses, britânicos e portugueses) e às rivalidades políticas internas, culminando assim numa crise política que originou a sua desintegração nos meados do século XIX.

Assim, durante o século XIX, os Fouta Djallon – povos fulas – conduziram uma série de guerras contra Kaabu, resultando, por volta de 1865, na destituição da capital Kansala. Segundo Garcia (2003), as lutas representaram uma guerra santa para implantar a religião islâmica e estabelecer o domínio político fula. Depois de séculos sob dominação, em 1867, com a conquista de Kansala, os fulas estabeleceram domínio sobre a região e puseram fim ao Império de Kaabu. Para Garcia (2003), a ocupação portuguesa impossibilitou a formação do Império Fula, junto com a decadência da influência islâmica.

De acordo com Lopes (1989), o fim do reino de Kaabu marcou a conclusão do período pré-colonial e o início do colonialismo, coincidindo ao mesmo tempo com a invasão portuguesa na Costa Ocidental Africana. O próximo tópico aborda a invasão portuguesa à Guiné-Bissau e o estabelecimento do comércio de escravizados, bem como sua subsequente independência.

3.1 COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

De acordo com Hernandez (2005, p. 537), o século XV marcou o início das incursões e o processo de “roedura” dos portugueses na Costa Ocidental Africana. Na Guiné-Bissau, o primeiro registro da chegada dos portugueses, em 1446, é atribuído a Nuno Tristão, que morreu em um confronto com a população nativa. No mesmo ano, a presença portuguesa foi reforçada por Álvaro Fernandes, com a finalidade de estabelecer relações comerciais (Costa, 2014). É provável que, no primeiro contato, os portugueses tenham mostrado interesse em estabelecer comércio, tendo em vista que o continente africano já desenvolvia “redes expressivas de transações comerciais de ouro e outros produtos” (Candé Monteiro, 2013, p. 79).

Diferentemente de outros países africanos, onde Portugal estabeleceu assentamentos para a agricultura, na Guiné-Bissau, os primeiros séculos de colonização foram marcados pela criação de entrepostos para a comercialização de escravizados ao longo da Costa Ocidental Africana (Augel, 2007). Além disso, Candé Monteiro (2013) aponta que a instalação de entrepostos comerciais funcionou como exploração de matéria-prima, demarcação de território e, posteriormente, exploração de mão de obra escravizada. Dessa forma, o propósito dos europeus no território guineense firmava-se no sequestro da população nativa e, principalmente, como espaço para o comércio escravista, não havendo, a princípio, objetivo de estabilização local.

Com o objetivo de expandir o comércio e aumentar a captura e comercialização de escravizados, no século XVI, os portugueses fundaram algumas feitorias ao longo do Rio de São Domingos e do Rio Grande, Cacheu, Farim e Bula (Augel, 2007; Candé Monteiro, 2013). De acordo com Gomes (2019), nas regiões que foram alvo de colonização dos portugueses, a ocupação restringia-se à borda do continente, com a instalação de feitorias, castelos e postos de compra e venda de escravizados. Um dos motivos para essa característica estava associado à resistência dos chefes locais e à tentativa de fugir de doenças.

Ainda de acordo com o autor, no século XVI, foram enviados quinze missionários a Cacheu, dos quais treze morreram de moléstias tropicais⁷. Com relação à resistência dos chefes locais, Augel (2007, p. 52) aponta que “a hostilidade dos nativos tem sua razão de ser na reação africana aos permanentes ataques de frotas portuguesas à costa ocidental quando sequestradores incursionavam pelas aldeias litorâneas, levados pela cobiça, apresando escravos [sic]”.

De acordo com Candé Monteiro (2013), nenhuma das feitorias instaladas pelos portugueses foi estabelecida no interior do país, o que os forçou a construir uma relação com os africanos para manter a intermediação. Assim, algum tempo mais tarde, ainda no século XVI, com a forte presença dos portugueses no território guineense, alguns reinos colaboraram com Portugal no fornecimento da população nativa. Nesse cenário, o reino do Kaabu representou um dos principais parceiros⁸ no comércio escravocrata.

⁷ Estão escritas de acordo com o nome dado pelo autor às doenças, como: febre amarela, malária, dentre outras.

⁸ Para se compreender o comércio escravocrata, é preciso evitar o anacronismo, ou seja, não olhar para as descrições históricas com os valores do presente.

Mais adiante, no final do século XVI, foram criados mais dois pontos para o tráfico de escravizados: a Companhia de Cacheu e a de Cabo Verde, além da concepção da primeira feitoria fortificada de Cacheu, em 1588 (Augel, 2007). Ainda de acordo com a autora, o final do século XVI foi marcado pelo crescimento do comércio escravista, tornando-se cada vez mais lucrativo. Diante das sucessivas viagens, os portugueses estabeleceram outras bases para a colonização. Segundo Costa (2014), por meios dos entrepostos, os colonizadores realizavam o tráfico de escravizados no comércio triangular – Europa, África e América. Desse modo, as bases para colonização eram denominadas de praças e presídios.

Havia, na Guiné-Bissau, duas praças, Cacheu e Bissau, e quatro presídios, Farim, Ziguinchor, Geba e Rio Nuno. Para descrever as características relacionadas às praças e presídios, Bull (1989 *apud* Costa, 2014, p. 62) discorre que: “[...] a praça é a povoação fortificada e armada com permanência, devidamente organizada para compensar a falta de obstáculos naturais dos seus limites. O presídio é a praça de pequenas dimensões e mais escassos meios defensivos de tipo militar”.

Conforme Augel (2007), no século XVII, houve contatos regulares entre o reino de Kaabu e os entrepostos comerciais de Ziguinchor, Cacheu, Geba e Farim. De acordo com Gomes (2019), a cidade de Cacheu constituiu um dos principais portos de embarque de escravizados para o Brasil entre os séculos XVI e XVII. Em conformidade com o autor, Costa (2014) argumenta que a capitania de Cacheu (praça) compunha o mais importante entreposto comercial, apto a comportar entre 200 e 300 habitantes.

No início do século XVII, precisamente em 1603, chegaram ao território guineense os missionários capuchinhos, com o objetivo de converter parte da população do país ao cristianismo (Augel, 2007). Essa conversão estava intrinsecamente relacionada ao apoio comercial, favorecendo ainda mais a abertura para os portugueses e, conseqüentemente, o acesso à população nativa, principalmente na tentativa de lucrar através da conversão ao cristianismo e da posterior aprendizagem do português.

De acordo com Candé Monteiro (2013), a colonização enfraqueceu o continente africano em dois pontos principais: o social e o cultural. Dentro da perspectiva social, o continente africano foi devastado e esvaziado em termos demográficos, primeiramente pelo sequestro da população nativa para servir de mão de obra escravizada e, em seguida, pela luta contra a repressão e dominação dos portugueses. Dentro da concepção cultural, os colonizadores tentaram aniquilar a identidade e a cultura dos africanos através da política de “civilização” e de conversão ao catolicismo, com o objetivo de “salvar” a população para posterior comercialização.

Quanto à administração, o território que hoje compreende a Guiné-Bissau foi, desde o início da invasão dos portugueses, unificado administrativamente a Cabo Verde, em 1462, permanecendo nessa situação até 1879, tendo como capital, durante esse período, a cidade de Cacheu. Em 1879, ao assumir a posição de província com administração própria, ou seja, governada autonomamente, a capital mudou-se para a ilha de Bolama, no arquipélago dos Bijagós. Embora o território estivesse ocupado por Portugal, isso não constituía um fator determinante para que outras nações comercializassem no país. Nesse cenário, devido a desentendimentos entre as nações estrangeiras que buscavam se firmar e comercializar no país, criou-se um sistema colonial

de demarcação de fronteiras através da Conferência de Berlim, em 1886, cessando os problemas entre os países (Chapouto, 2014).

O objetivo da Conferência de Berlim estava associado aos interesses dos colonizadores, ou seja, na busca de seu próprio benefício, deixando de lado a realidade sociocultural da sociedade local. Em 1940, a capital de Bolama entrou em declínio, momento em que a capital foi transferida para Bissau. Essa mudança estava relacionada às carências estruturais da ilha de Bolama e à dificuldade de acesso, principalmente por via terrestre. Além disso, a ilha de Bolama não estava situada no centro de comercialização (Candé Monteiro, 2013). Em 1951, Portugal consolidou a categoria de província Ultramarina de Portugal para a Guiné-Bissau.

Quanto à atuação no comércio escravista, destacam-se, nesse cenário, especialmente no início do século XV, os lançados. De acordo com Gomes (2019, p. 198), “os lançados compunham uma eficiente rede de tráfico de escravos e mercadorias”. Apesar da origem portuguesa, os lançados não mantinham lealdade aos portugueses, pois apenas objetivavam ganho próprio no tráfico, muitas vezes, agindo clandestinamente. Costa (2014) retrata-os como indivíduos integrados à cultura local, com a utilização de vestimentas e fazendo referência às religiões locais. Nesse cenário, estão também as tangomãs, as mulheres dos lançados, que auxiliavam na comercialização, bem como os filhos dos lançados, chamados de filhos da terra. Além disso, havia os grumetes, africanos que se uniam aos lançados, geralmente convertidos ao cristianismo.

A autora aponta que os lançados eram desertores que, fugindo das sanções régias, exilaram-se no continente africano. No entanto, havia diversos motivos para os lançados estarem no continente africano. A esse respeito, Gomes (2019) menciona que os principais pretextos seriam: ordens dos capitães do navio, vítimas de naufrágios, cumprimento de pena por crimes cometidos contra Portugal, principalmente acusados de praticar ritos judaicos, e outros punidos por rebeldias a bordo do navio. Também, existiam aqueles que chegaram por vontade própria na busca do ouro. Conforme o autor, grande parte dos colonizadores não sobreviviam devido a doenças ou aos ataques da população nativa. Deste modo, aqueles que permaneciam tornavam-se os principais intermediários no tráfico de escravizados. Neste sentido, os lançados teriam sido os primeiros a se adaptarem ao território.

De acordo com Augel (2007), anos depois, com o enfraquecimento do comércio escravista, Portugal iniciou a conquista do território guineense, visando, acima de tudo, que os entrepostos comerciais fossem numerosos e ativos. No entanto, somente no século XX é que a presença efetiva do domínio português no país é atestada, principalmente após a Conferência de Berlim. A presença portuguesa na Guiné-Bissau foi marcada por guerras, chamadas de “campanhas de pacificação”, caracterizadas por atos de extrema violência, determinantes para a ligação entre colônias e metrópoles. Assim, a dependência da metrópole gerou graves consequências para a população, como aponta Costa (2014, p. 53), “a realidade que contemplava a Guiné portuguesa se caracterizava pela exploração, pela violência e pela ausência de estrutura e auxílios por parte da metrópole relativamente à colônia”. Diante destas consequências, com a formação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e os anos de conflitos contra Portugal,

a Guiné-Bissau alcançou sua independência oficial em 1973. Contudo, a independência só foi reconhecida por Portugal em 1974.

A partir do exposto, é possível descrever os segmentos formados da sociedade guineense, bem como as características do comércio escravocrata. A respeito dos elementos formadores da sociedade, havia os portugueses, incluindo os lançados, responsáveis pelo tráfico de escravizados de um lado, e a população nativa do país, que incluía os escravizados, as tangomãs, grumetes e filhos da terra, de outro. Nessa conjuntura, destaca-se a necessidade de comunicação entre as práticas comerciais realizadas nos entrepostos/fortalezas. Para autores como Costa (2014), Chapouto (2014) e Gomes (2019) a diversidade e necessidade comunicativa foram fatores determinantes para a formação do guineense, que, segundo Costa (2014), estaria mais ou menos constituído no início do século XVII, contribuindo significativamente para o processo de independência do país no século XX. Quanto ao comércio escravista, este se formou através da criação de entrepostos comerciais para facilitar o sequestro da população nativa.

No entanto, um aspecto não consensual no guineense é a origem da língua, havendo quatro hipóteses que argumentam a favor de diferentes regiões específicas. Essa discussão está fundamentada na próxima seção. A seguir, no Quadro 1, apresenta-se a cronologia histórica do processo de colonização da Guiné-Bissau, tendo como base a descrição estabelecida ao longo desta seção.

Quadro 1 - Cronologia histórica da colonização da Guiné-Bissau

Cronologia Histórica	Período
Primeiro registro da chegada dos portugueses	1446
Unificação da Guiné-Bissau a Cabo Verde	1462
Primeira feitoria fortificada de Cacheu	1588
Chegada dos missionários capuchinhos	1603
Autonomia de Cabo Verde, estabelecendo Cacheu como capital	1879
A capital passa a ser sediada na ilha de Bolama	1879
Mudança da capital em Bolama para Bissau	1940
Categoria de província Ultramarina de Portugal	1951
Presença efetiva do domínio português	Século XX
Independência de Guiné-Bissau	1973
Reconhecimento da independência de Guiné-Bissau	1974

Fonte: Santos (2023).

4 ORIGEM DO GUINEENSE

A violenta presença portuguesa na África proporcionou o contato linguístico entre o português e as diversas línguas nativas. Nesse cenário, surgiram os crioulos lexificados pelo português da Alta Guiné, como o kabuverdianu, papiamentu, guineense e o crioulo de Casamansa. A origem, ou local de surgimento dessas línguas, principalmente do

guineense – objeto de estudo desse trabalho – tem gerado discordância na literatura, especialmente devido à sua semelhança linguística com o kabuverdianu.

As pesquisas que investigam a origem dessas línguas partem de pressupostos sócio-históricos para validar o local do surgimento. Segundo Costa (2014), há quatro hipóteses diferentes para explicar o surgimento do guineense, que compreendem a formação em Portugal, Guiné-Bissau e/ou Cabo Verde. O foco deste trabalho não é determinar a origem do guineense, mas sim apresentar as diferentes hipóteses sobre seu surgimento. Tendo em vista que, para determinar o surgimento do guineense, é necessário investigar os aspectos linguísticos e os fatores sócio-históricos da sociedade, precisamente no século XV, com a invasão dos portugueses em solo guineense e os aspectos da sociedade em Cabo Verde.

As hipóteses estão descritas da seguinte maneira:

- (i) Língua de reconhecimento⁹;
- (ii) Hipótese continental;
- (iii) Hipótese insular e;
- (iv) Hipótese ambígua (Rodrigues, 2007, p. 48).

Assim, as suposições são apresentadas na subseção 2.3.1, considerando as descrições realizadas por Rougé (1986; 1995), Rodrigues (2007) e Costa (2014).

4.1 HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DO GUINEENSE

De acordo com a (i) língua de reconhecimento (Naro, 1978), o guineense teria surgido a partir de um pidgin em Portugal, precisamente em 1440, quando D. Henrique ordenou a captura de africanos para o ensino do português na escola de intérpretes. Conforme Rodrigues (2007), os portugueses frequentemente capturavam escravizados para intermediar o contato e a comunicação com a população nativa. Segundo Rougé (1986), não havia comunicação entre os europeus e os africanos antes do século XVI, devido principalmente à falta de inteligibilidade linguística entre eles. A solução para tal aspecto, apontada por Naro (1978), teria sido a formação de facilitadores da comunicação. O referido autor defende essa hipótese com base em duas ocorrências do então pidgin português em 1476.

Assim, resumidamente, a captura de africanos para o ensino do português teria determinado o surgimento da língua de reconhecimento que, posteriormente, teria sido transplantada para a Costa Ocidental Africana, dando origem aos crioulos da região. Os responsáveis pela difusão da língua no território africano não foram os intérpretes sequestrados para esse fim, mas os lançados, juntamente com as tangomãs e os grumetes, os principais agentes da disseminação da língua. Para Naro (1978, p. 334-341 *apud*

⁹ Rougé (1986, p. 30) e Rodrigues (2007, p. 48) utilizam a expressão “língua de reconhecimento” de acordo com o apontamento de Naro (1978). No entanto, nesta dissertação, usa-se o termo “língua de reconhecimento”.

Rodrigues, 2007, p. 49), “os futuros lançados haviam convencionalizado idéias [sic] de como falar com os africanos ... chegando lá, falavam como tinham aprendido a fazer na Europa”.

A respeito dessa hipótese, Rougé (1986) aponta dois principais aspectos em discordância à língua de reconhecimento proposta por Naro. O primeiro aspecto apontado é que, possivelmente, os africanos que foram levados a Portugal teriam aprendido o português, não um pidgin. Isso se deve principalmente ao ambiente linguístico em que estavam inseridos no país, sendo mais provável a aprendizagem total do português. O segundo aspecto está relacionado à difusão do guineense pelos lançados. De acordo com o autor, os lançados são descritos como agentes que, ao chegarem na Costa Ocidental, sabiam como iniciar a comunicação com a população nativa. No entanto, do ponto de vista de Rougé (1986), esses descritos não se relacionam com a realidade linguística e o poder socioeconômico dos portugueses para explicar o processo de formação da língua. De fato, os questionamentos apontados por Rougé (1986) indicam que a hipótese de reconhecimento não seria a mais adequada para determinar a origem do guineense, uma vez que não há registros que comprovem o transplante da língua. Nesse cenário, há mínimas chances de um pidgin português em Portugal ter sido difundido na costa africana pelos lançados.

A hipótese continental (ii) (Carreira, 1972; Couto, 1994, 1995) propõe que a língua crioula tenha surgido nos rios da Guiné-Bissau, sendo mais tarde transplantada para Cabo Verde. De acordo com Rodrigues (2007), os agentes da formação do crioulo na Guiné-Bissau teriam sido os lançados, juntamente com as tangomãs, grumetes e os filhos da terra. Para Costa (2014), a língua surge a partir do contato linguístico entre os portugueses e os africanos na cidade de Cacheu e Geba. Nesse cenário, Cacheu (praça) foi um dos mais importantes entrepostos comerciais, enquanto Geba (presídio) teria sido um entreposto com dimensões menores.

Assim, a diversidade linguística e a heterogeneidade populacional, formadas pelos lançados, tangomãs, grumetes e filhos da terra (a descrição dos sujeitos é realizada na subseção 2.2.2), provavelmente foram fatores determinantes para o surgimento da língua. Segundo Rodrigues (2007), as crianças nascidas nas praças e presídios podem ter reforçado o uso do crioulo, posteriormente levado para o arquipélago de Cabo Verde pelos escravizados que foram enviados para lá. Todavia, de acordo com o autor, muitos escravizados eram ladinizados nas ilhas, principalmente em Santiago, e em seguida, eram comercializados para outras regiões, “sem muita capacidade para interferir profundamente no pidgin/crioulo do Arquipélago” (Rodrigues, 2007, p. 58).

Para a discussão desta hipótese, seu principal precursor, Carreira (1972), que atribui o surgimento a Cabo Verde, enumera fatores para desconsiderar a hipótese continental. Em primeiro lugar, afirma que a presença portuguesa na Guiné-Bissau foi temporária, não havendo estabilidade para a formação de uma língua. Em segundo lugar, ressalta que não havia segurança e, mesmo com a presença militar na região, os ataques aos navios pelos nativos eram constantes. Em terceiro lugar, a heterogeneidade populacional era extensa na Guiné-Bissau. Por fim, em quarto lugar, não havia domínio europeu sobre a população africana, que preservava valores culturais e as línguas maternas (Carreira, 1972, p. 338 *apud* Rodrigues, 2007, p. 50-51).

A hipótese insular (iii) (Carreira, 1972) sugere que a língua crioula falada na Guiné-Bissau tenha surgido primeiramente em Cabo Verde e, de acordo com Rougé (1986), tenha sido transferida para Guiné-Bissau através dos portos fluviais da Guiné. Sabe-se que a Guiné-Bissau permaneceu unificada administrativamente a Cabo Verde durante quatro séculos (1462-1879), e que nesse ínterim, a probabilidade de circulação e as relações entre sujeitos das regiões era elevada.

De acordo com Rodrigues (2007), em Cabo Verde formou-se uma sociedade com o poder central atribuído à igreja, onde os padres eram responsáveis pela ladinização, ensino do português e o ofício para os escravizados. Neste contexto, a língua de comunicação entre o clero e a população de escravizados teria sido o crioulo. Ainda, conforme o autor, a emigração caboverdiana para Guiné-Bissau, devido à crise de fome, foi responsável pela disseminação da língua. Rodrigues (2007) aponta que os filhos dos reis e nobres foram educados em Cabo Verde e, durante a crise de fome (1583-1584), emigraram para Guiné-Bissau.

Do ponto de vista linguístico, Parkvall (2000) considera que o protocrioulo tenha surgido a partir de Cabo Verde, principalmente devido à predominância das palavras mande em Cabo Verde e ao léxico compartilhado entre o kabuverdianu e o guineense.

Através da distribuição dos itens lexicais, Parkvall (2000, p. 111) indica que as línguas faladas na Guiné-Bissau são predominantemente de origem atlântica, com apenas cerca de 10% da população falando as línguas mande, sugerindo que o componente mande tenha sido importado de Cabo Verde. Este aspecto é relevante para atribuir a origem das línguas crioulas da Alta Guiné, conforme Parkvall (2000).

A hipótese ambígena (iv) (Rougé, 1994; Couto, 1994) considera que o kabuverdianu e o guineense têm uma origem comum, o protocrioulo. De acordo com Rodrigues (2007), para entender a hipótese ambígena é preciso compreender tanto a hipótese continental quanto a insular. Conforme o autor, na Guiné-Bissau, as feitorias de Bissau e Cacheu foram fundadas em 1500, o que comprova que houve sociedades de habitação na Guiné-Bissau. Do mesmo modo, em 1593, foram fundadas as feitorias em São Domingos e Cacheu, possibilitando o contato regular entre portugueses e africanos. Rodrigues (2007, p. 54) afirma que “na Guiné, tangomas de nativos, grumetes, enfim, o contingente [sic] de nativos dos núcleos eram oriundos da região e maioria absoluta frente aos poucos europeus que encontraram, ali”.

Em Cabo Verde, a situação das ilhas era mais amena quando comparada a Guiné-Bissau, mesmo assim, houve o estabelecimento de sociedades de plantação, ainda que em menor escala (Rodrigues, 2007). De acordo com o autor, Santiago era um entreposto comercial da Guiné, onde vários escravizados, de diversas etnias, contribuíram para a formação de uma sociedade multilíngue. O autor destaca ainda que houve várias trocas de informações devido às migrações de Cabo Verde para a Guiné-Bissau e os escravizados raptados de Guiné-Bissau para Cabo Verde. Destaca-se, nessa atuação, os lançados, que se deslocavam entre ambas as regiões e possivelmente tenham desencadeado a formação do guineense e do kabuverdianu a partir de um mesmo material linguístico.

Rougé, o precursor da hipótese do desenvolvimento simultâneo, considera a existência de um protocrioulo comum para os crioulos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Rougé (1986, p. 37) analisa que “[...] acho sem interesse científico a questão de saber se o

Crioulo do Cabo Verde está na origem do crioulo da Guiné-Bissau ou se o crioulo da Guiné-Bissau está na origem do crioulo de Cabo Verde. Os dois têm a mesma origem, o mesmo proto-crioulo”. Portanto, para o autor, é desprovido de interesse científico determinar o local de surgimento do guineense, propondo, assim, que ambas as línguas, o kabuverdianu e o guineense, possuam um protocrioulo em comum. Ainda, Rougé (1995) propõe que as línguas tenham se formado simultaneamente em Guiné-Bissau e em Cabo Verde, a partir de um mesmo material linguístico, o protocrioulo.

Em suma, cada hipótese contribui de maneira relevante na tentativa de determinar a origem da língua, com exceção à hipótese proposta por Naro. Conforme discutido, a probabilidade de um pidgin português ter surgido em Portugal e, posteriormente difundido na costa africana, formando o guineense e o kabuverdianu, é mínima na realidade linguística e cultural dos países. Quanto às hipóteses que atestam o surgimento continental, insular e ambígua, de fato, há similaridades linguísticas entre o guineense e o kabuverdianu. Isso pode ser atribuído ao multilinguismo no processo do surgimento e os contatos linguísticos entre o português e as línguas étnicas. Portanto, é razoável supor que as línguas apresentam características que se assemelham, devido, principalmente, ao multilinguismo em ambos os espaços. Em sequência, a seção 2.4 discute a situação linguística da Guiné-Bissau.

5 SITUAÇÃO LINGUÍSTICA DA GUINÉ-BISSAU

A Guiné Bissau é um país multilíngue, como a maioria dos países africanos. Essa variedade linguística resulta dos diversos grupos étnicos que convivem nesse território. De acordo com Augel (2007), esse mosaico étnico e linguístico sofreu, no decorrer dos séculos, muitas alterações devido aos processos migratório, guerras de conquista e a colonização. Diante desse mosaico, as línguas étnicas¹⁰ ou línguas africanas seriam classificadas em dois grupos principais, conforme Scantamburlo (1999, p. 56-57):

Quadro 2 - Os grupos linguísticos da Guiné-Bissau

NIGER-CONGO	
SUBFAMÍLIA OESTE-ATLÂNTICA	
GRUPO NORTE	Senegal fula, jalofo e serere (nhomica)
	Bak balanta, djola-felupe, djola-baiote manjaco/mancanha/pepel
	Tanda-Jaad-Nun tanda, beafada/padjadinca, banhus/cobiana/cassanga
	Nalú nalú

¹⁰ Serão denominadas línguas étnicas as línguas africanas faladas pelos grupos étnicos, sem incluir nessa lista o guineense.

GRUPO BIJAGÓ	bijagó
GRUPO SUL	baga/landumã/timenés mansoanca
SUBFAMÍLIA MANDE	
GRUPO MANDE TAN (norte)	bambarã, mandinga e saracolé/jacanca
GRUPO MANDE FUN (sul)	soosso (jaloncas)

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados de Scantamburlo (1999).

Conforme o Quadro 2, as línguas étnicas pertencem a duas grandes subfamílias, a oeste-atlântico e a mande, que constituem as línguas do grupo Níger-Congo. Juntamente com o português, língua lexificadora¹¹, as línguas étnicas oeste-atlânticas e mande, línguas de substrato, contribuíram para a formação do guineense, dado a diversidade linguística e a necessidade comunicativa durante seu surgimento. De acordo com Arends; Kouwenberg; Smith (1994), o termo substrato refere-se às línguas pertencentes aos grupos não prestigiados em situações de contato linguístico. Em outras palavras, o termo substrato denota a influência linguística dos povos colonizados que, através do contato linguístico com variedades prestigiadas, como a língua do colonizador, contribuíram para o surgimento de uma nova língua. Nesse cenário, quando essa língua de prestígio fornece material lexical para a língua crioula, é denominada de língua lexificadora. De acordo com Bakker (2017, p. 8), “a base lexical de uma língua crioula é tipicamente (mas nem sempre) derivada de uma língua colonial, incluindo dialetos de uma língua europeia”¹² (tradução nossa). Em relação ao guineense, a língua colonizadora é também a língua lexificadora, o português, cuja formação remonta aos anos iniciais da colonização, precisamente ao século XVII (Costa, 2014).

Atualmente, o quadro linguístico e a quantidade de línguas étnicas existentes no país podem variar na literatura. A respeito, Augel (2007), por meio dos dados de Scantamburlo; D. Dalby (1987), indica que haveria 27 línguas correspondentes aos grupos étnicos. Para Chapouto (2014), há na Guiné-Bissau um quantitativo de 15 etnias com suas respectivas línguas. Por outro lado, Costa (2014), através dos dados obtidos no Ethnologue, considera a existência de 22 línguas, incluindo o português e o guineense.

Os dados referentes ao recenseamento da Guiné-Bissau (2009) apontam para 14 etnias com suas respectivas línguas, a saber: balanta, fula, mancanha, mandinga, manjaco, bijagós, papel/pepel, beafada, felupe, mansoanca, balanta mane, nalu, soosso e saracule. Sendo assim, não há um consenso do real número de línguas étnicas faladas no território guineense. Sabe-se, contudo, que se está diante de um mosaico étnico e linguístico amplo. Quanto à quantidade de falantes, algumas dessas línguas apresentam um número superior.

¹¹ Embora o português seja a língua lexificadora do guineense, não se considera aqui que haja uma ligação direta entre o português e o guineense. A mesma situação é estabelecida para as línguas étnicas.

¹² The basic lexicon of creole languages is typically (but not always) derived from a colonial language, including dialects of a European language.

De acordo com o gráfico da população de nacionalidade guineense de cada etnia, que considera seus dialetos como principais, os percentuais mais elevados estão entre os fulas (86,9%), felupes (85,8%), balantas (84,7%) e os manjacos (83,1%) (Guiné-Bissau, 2009). Essas informações estão sintetizadas na tabela abaixo, segundo o recenseamento de 2009.

Tabela 1 - Línguas étnicas consideradas como principais no censo

Línguas	Número de falantes (%)
Fula	86,9%
Felupe	85,8%
Balanta	84,7%
Manjaco	83,1%

Fonte: Guiné-Bissau (2009).

A Tabela 1 representa, para cada etnia, a sua língua de comunicação, mas, acima de tudo, o pertencimento social e cultural ao seu grupo e à sua família. São línguas geralmente faladas no seio familiar, através da transmissão de pais e filhos, mas também no meio social dos grupos étnicos (MANÉ, 2022). Contudo, de acordo com Mané (2022, p. 34) “é preciso admitir a possibilidade de estas serem eliminadas pelo próprio crioulo guineense devido ao acelerado crescimento do número de falantes (monolíngues) deste idioma”. Com isso, o número de falantes das línguas étnicas está diminuindo devido à falta de transmissão intergeracional, enquanto o número de falantes do guineense tem aumentado. O resultado desse aumento numérico do guineense é demonstrado por Scantamburlo (2013), através da comparação com o recenseamento de 1979 e as estimativas do último recenseamento da Guiné-Bissau de 2009.

Ao comparar ambos os recenseamentos, os dados confirmam um aumento considerável. Em 1979, havia cerca de 349.638 falantes do guineense, enquanto em 2009¹³, esse número aumentou para cerca de 1.303.743 (90,4%) falantes. De acordo com Augel (2007), o censo de 1979¹⁴ indicava que o guineense era falado como primeira língua por 15% da população e por 44,3% como segunda língua. Esse número se multiplicou no censo de 1991, com um crescimento oscilando entre 51% e 90% ou mais. Isso indica que houve uma elevação do número de habitantes durante esses anos, aponta também para um aumento do número de falantes do guineense. É possível que esse número tenha aumentado desde o último censo de 2009 até os dias atuais. Ao realizar a mesma comparação com o português falado na Guiné-Bissau, os dados demonstraram que houve também um aumento de falantes desta língua. Em 1979, havia em torno de 87.464 falantes, e os dados de 2009 apontam para 390.727 (27,1%) falantes. Esses dados estão sintetizados na tabela abaixo.

Tabela 2 - Quantidade de falantes nos anos 1979 e 2009

Língua	1979	2009
Guineense	349.638	1.303.743
Português	87.464	390.727

Fonte: Elaborado e adaptado pelas autoras a partir dos dados de Scantamburlo (2013) e Guiné-Bissau (2009).

¹³ Os dados referentes ao censo de 2009 foram retirados originalmente de lá.

¹⁴ Não tivemos acesso ao censo de 1979 e 1991.

A tabela comparativa completa corresponde a 13 línguas, e nela Scantamburlo (2013) informa que o número total inclui falantes monolíngues, bilíngues, trlíngues e até mesmo quadrilíngues. Assim, não é possível indicar se a aquisição corresponde à língua materna ou segunda língua. Este aspecto é relevante à medida que um único falante pode fazer parte de dois grupos étnicos e, conseqüentemente, adquirir duas línguas no seio familiar. Além disso, a língua materna ou a segunda língua pode ser o guineense, e, no meio escolar, o sujeito pode aprender o português. Portanto, grande parte dos indivíduos que falam a língua étnica também falam o guineense, não somente no centro urbano, mas em zonas rurais, representando uma realidade atual na Guiné-Bissau. Para endossar essa discussão, Cá; Rubio (2019) apontam que, para a maioria dos guineenses, o português é aprendido apenas após a língua étnica e/ou guineense. Isso revela que determinar o número de falantes para cada língua em contexto multilíngue não é uma tarefa fácil e requer entendimento do funcionamento linguístico do país.

Embora o guineense seja amplamente falado e constitua a língua materna da maioria da população guineense, na capital e em alguns espaços do interior, tal língua não é considerada a oficial do país. Essa posição é dada à língua portuguesa. Entende-se por língua oficial, de acordo com Abreu (2018, p. 56), “a língua que possui uma função vinculada à organização do Estado e uma função atrelada às relações internacionais entre Estados”. A língua portuguesa é a única língua oficial do país, essa oficialidade é reiterada através do Decreto de Lei nº 7/2007, de 12 de novembro de 2007, que determina a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas instituições públicas do país (Santos, 2015).

Antes da publicação do decreto de 2007, a obrigatoriedade dessa língua foi promulgada por meio do Decreto de Lei 39666, de 20 de maio de 1954, no contexto do estatuto dos indígenas, especificamente pelo art. 56.º, que estabelecia requisitos para considerar um cidadão português, incluindo a habilidade de falar “corretamente” a língua portuguesa. Assim, o português está relacionado, sobretudo, à colonização portuguesa que teve início no século XV. Por ser a língua oficial, é também a língua obrigatória no ensino.

De acordo com Santos (2015), a escola é um fator importante na aprendizagem do português, ao mesmo tempo em que representa o principal inibidor da língua, principalmente porque o português não é a língua de comunicação usual entre os guineenses. Além disso, há falta de acesso a materiais didáticos, que são geralmente importados de Portugal. Outro obstáculo significativo no ensino são os sucessivos castigos corporais em sala de aula, utilizados com a finalidade de forçar a inclusão do português (Santos, 2015 *apud* Fonseca, 2012, p. 38). Como mencionado anteriormente, embora o português ocupe a posição de língua oficial, esta não corresponde à língua de comunicação primária entre os guineenses, nem é falada por uma quantidade expressiva de falantes como primeira língua. Nessa posição estão o guineense e as línguas étnicas do país.

Diferentemente das línguas étnicas que estavam presentes na Guiné-Bissau antes da chegada dos portugueses, o guineense é uma língua recente, relacionada sobretudo ao processo de expansão do colonialismo e à necessidade de comunicação em sociedades

multilíngues, como na Guiné-Bissau (AUGEL, 2007). Atualmente, no país, o guineense recebe o estatuto de língua nacional, representando a identidade nacional. Torna-se também, no território, o principal instrumento de comunicação da população, utilizado inclusive em instituições públicas, discursos oficiais e assembleias (Costa, 2014). Embora a língua portuguesa seja utilizada na escrita, o guineense é a língua empregada na comunicação oral.

Ademais, é possível encontrar o guineense em ambientes educacionais, de modo que, logo na primeira infância escolar, muitos professores utilizam a língua para facilitar o desenvolvimento do ensino. Essa é uma realidade recorrente no país, principalmente porque, como discutido acima, o português é aprendido depois da língua étnica e/ou guineense, não configurando, assim, a língua materna da grande maioria da população. Diante dessa perspectiva, o ensino do português muitas vezes é configurado como uma terceira língua, (Cá; Rubio, 2019).

No que diz respeito à história do guineense, de acordo com Costa (2014), a partir do século XX, a língua teria ganhado dimensões na Guiné-Bissau; no entanto, as autoridades utilizaram medidas repressivas contra o seu uso já em 1920. É evidente que a língua sempre foi alvo de poder nas mãos dos colonizadores, favorecendo a manipulação e dissipação de qualquer aspecto que pudesse intervir no processo de dominação, incluindo a língua e a cultura daqueles que estavam submetidos a uma posição inferior.

Nesse sentido, o crescimento do guineense acionaria o sentimento de pertença entre a sociedade e ampliaria ainda mais a luta contra Portugal. Impulsionado pelo controle da Guiné, especialmente após o declínio da organização escravocrata que teve início no século XVII, Portugal determinou a utilização da língua portuguesa nos ambientes escolares e a exclusão do guineense e das línguas locais. Esse poder se tornou ainda mais evidente em 1946, com a criação de uma lei que determinava os critérios de seleção e distinção entre os africanos, categorizando os “indígenas”¹⁵ e os “cidadãos portugueses”. As condições de seleção eram pautadas na capacidade de ler, falar e escrever na língua portuguesa, atestando assim a obtenção do estatuto de cidadão português ou dos assimilados, como eram comumente denominados (Costa, 2014).

Com o processo de independência em 1956, o guineense se tornou a língua estratégica de comunicação entre as reuniões e expansão dos diferentes grupos na Guiné Bissau. As línguas étnicas dominavam o sertão, sendo que a partir da independência, a utilização do guineense na zona rural e urbana se intensificou, de modo que principalmente “a partir da emancipação política guineense o crioulo foi se difundindo de forma crescente, modificando-se e recebendo influências das várias línguas africanas do país e do próprio português” (Costa, 2014, p. 50). Desse modo, a língua tornou-se um símbolo de resistência durante a independência da Guiné-Bissau. Atualmente, de acordo com Costa (2014) o guineense é a língua materna da maioria da população, em conjunto às línguas étnicas, e representa a língua nacional do país.

É importante ressaltar que toda descrição linguística em país multilíngue é algo desafiador, isso porque o censo e outras fontes de informação não são atuais e não conseguem dá conta da gama linguística dos países. De acordo com Agostinho (2024),

¹⁵ Decreto de Lei 39666, de 20 de maio de 1954.

alguns censos não especificam se uma língua é falada como L1 ou L2. Isso acontece na Guiné-Bissau, os dados fornecidos são diferentes dependendo da fonte pesquisada. Além disso, determinar a posição de L1 e L2 em um país multilíngue apresenta várias camadas de complexidade. Na Guiné-Bissau, a população cresce em um ambiente onde várias línguas são faladas desde a infância, tornando difícil identificar uma única L1. Por esse motivo, as descrições linguísticas são baseadas em diversas fontes e informações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição sócio-histórica e linguística do guineense é geralmente resultado de análises extensas e recortes de textos antigos. Por esse motivo, esta pesquisa realizou um recorte das descrições mais gerais sobre o guineense, com objetivo de auxiliar na construção de trabalhos sobre a língua.

Dessa maneira, este artigo apresentou um panorama geral dos aspectos sócio-históricos e linguísticos da Guiné-Bissau. O surgimento do guineense está intrinsecamente ligado ao processo colonial de sequestro e escravização dos africanos em um ambiente marcado pela diversidade linguística. A descrição desse período é crucial para entendermos a formação de uma nova língua de contato. Desse modo, esta pesquisa debruçou-se em fornecer uma descrição histórica para se entender as hipóteses de surgimento do guineense e a descrição linguística desse país. Esses pontos são indissociáveis para qualquer análise sobre a língua.

Nessa conjectura, a diversidade linguística, a necessidade de comunicação e a criatividade dos falantes criaram um ambiente favorável para o surgimento do guineense, o qual, segundo Costa (2014), estaria mais ou menos formado no início do século XVII, contribuindo para o processo de independência do país em 1973. Nesse processo de formação linguística, as línguas étnicas, juntamente com o português, teriam fornecido um ambiente favorável para a formação de uma língua crioula, no caso, o guineense. Atualmente, além das línguas étnicas, tem-se o guineense como língua nacional e o português como língua oficial e de ensino do país.

Assim, este artigo dedicou-se a apresentar as características do território guineense antes da invasão portuguesa, quando pertencente ao império de Kaabu. Na Guiné-Bissau, o primeiro registro dos portugueses foi em 1446, com a criação de entrepostos comerciais para a comercialização de produtos e da população nativa do país no comércio triangular – Europa, África e América. Nessa descrição, são incluídos os elementos formadores da sociedade guineense. De um lado, tinham-se os portugueses, incluindo os lançados, que eram considerados os maiores comercializadores de escravizados, e, do outro lado, estavam os africanos, a população nativa do país, incluindo as tangomãs, os grumetes, ajudantes dos lançados na comercialização, e os filhos da terra.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo Nascimento. Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. **Revista da Abralin**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 46-76, 2018.
- AGOSTINHO, A. L. Sound variation in Portuguese-speaking Africa. In: ZAMPAULO, A. (ED.). **The Routledge Handbook of Portuguese Phonology**. New York: Routledge, 2024.
- ARENDS, Jacques; KOUWENBERG, Silvia; SMITH, Norval. Theories focusing on the non-european input. In: ARENDS, Jacques; MUYSKEN, Pieter; SMITH, Norval (Ed.). **Pidgins and Creoles: an introduction**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1994. p. 99-109.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escomburo. Nação, identidade e pós-colonialismo na literatura de Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BAKKER, Peter. Key concepts on the history of creole studies. In: BAKKER, Peter; BORSCHENIUS, Finn; LEVISEN, Carsten; SIPPOLA, Eeva (Orgs.). **Creole Studies: phylogenetic approaches**. Amsterdam: John Benjamins, 2017. p. 5-35.
- CÁ, Imelson Ntchala; RUBIO, Cássio Florêncio. O Perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné Bissau. **Trabalho em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 58.1, p. 389-421, 2019.
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado nacional-conexões entre o discurso de unidade nasal e diversidade étnica (1959-1994)**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: continuidades e rupturas (1910-1999). In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 8., 2004, Coimbra. **Proceedings** [...]. Coimbra, 2004, p. 1-19.
- CHAPOUTO, Sandra Marisa. **Contributo para a descrição de aspectos fonológicos e prosódicos do crioulo guineense**. 2014. 152 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- COSTA, Paula Mendes. **Descrição Fonológica do Crioulo Guineense**. 2014. 242 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Letras – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco, Recife, 2014.
- COUTO, Hildo Honório do. **O crioulo português da Guiné-Bissau**. Helmut Buske Verlag, 1994.
- GARCIA, Francisco Proença. O Islão na África subsaariana. Guiné-Bissau e Moçambique, uma análise comparativa. **Africana Studia**, Portugal, n. 6, p. 65-96, 2003.

GOMES, Laurentino. **Escravidão – Vol. 1:** do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Porto Alegre: Globo livros, 2019.

GUINÉ-BISSAU. **Características Socioculturais.** 3º Recenseamento Geral da População e Habitação (III RGPH), 2009.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula:** visita à história contemporânea. 2 ed. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 540.

LOPES, Carlos. O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 32, p. 9-28, 2005.

LOPES, Carlos. Resistências africanas ao controle do território: alguns casos da Costa da Guiné no séc. XIX. **Soronda:** Revista de estudos guineenses, Guiné-Bissau, n. 7, p. 5-16, 1989.

MANÉ, Baticã Braima Ença. **Descrição e análise dos processos de formação de palavras por reduplicação no crioulo guineense (Guiné-Bissau).** Dissertação (Mestrado) Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo, 2022.

MANÉ, Mamadú. O Kaabu: uma das grandes entidades do património histórico senegambiano. **Soronda:** Revista de estudos guineenses, Guiné-Bissau, n.7, p. 17-30, 1989.

PARKVALL, Mikael. One of Africa: African Influences in Atlantic Creoles. **Battlebridge Publications**, v. 37, 197 f. 2000.

RODRIGUES, Ulisdete. **Fonologia do Caboverdiano:** das Variedades Insulares à Unidade Nacional. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

ROUGÉ, Jean Louis. Uma hipótese sobre a formação do crioulo da Guiné-Bissau e da Casamansa. **Revista Soronda:** Revista de Estudos Guineenses, Guiné-Bissau, n. 2, p. 81-98, 1986.

ROUGÉ, Jean Luis. A propósito da Formação dos crioulos de Cabo Verde e da Guiné. Bissau, **Revista Soronda:** Revista de Estudos Guineenses, Guiné-Bissau, n. 20, 1995.

SANTOS, Natali da Anunciação. **Nasalidade Vocálica no Guineense:** uma análise acústica, perceptual e fonológica. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Linguística - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

SANTOS, Vinícius Gonçalves dos. **Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau:** a entoação do contorno neutro. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do crioulo guineense, Volume I – Introdução e Notas Gramaticais.** Lisboa: Edições Colibri/FASPEBI, 1999.

SCANTAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo guineense e suas relações com o português: ensino bilíngue português-crioulo guineense**. 2013. 371 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

UNESCO. **Guiné-Bissau**. Perfil do país EPT. 2014, Disponível em:
<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/FIELD/Dakar/pdf/FicheEPTGuineaBissau.pdf> . Acesso em: 24/ 04/2022.